

Estética e Política *entre as Artes*



© Filipe Pinto

Conceção e organização

Elisabete Marques, Emília Pinto de Almeida, Filipe Pinto e João Pedro Cachopo

9 de abril

Considerações críticas sobre a noção de geo-estética

por José Bragança de Miranda
Pare, re-pare, repare melhor.

O “reparar” enquanto tática e a “secalharidade” enquanto poética

por João Fiadeiro e Fernanda Eugénio
Moderador: João Pedro Cachopo

16 de abril

Artes e reparações do mundo

por Silvína Rodrigues Lopes

A política da forma e as suas condições

por António Guerreiro

Moderadora: Mariana Pinto dos Santos

14 de maio

Devagar, a poesia por Rosa Maria Martelo

Estética e política: produção e

reprodução históricas dos sentidos

por Manuel Gusmão

Moderadora: Emília Pinto de Almeida

28 de maio

Arte, dispositivos e operações

por Teresa Cruz

Será possível uma crítica de arte que não utilize categorias clínicas?

por Nuno Nabais

Moderador: Filipe Pinto

11 de junho

Música da língua, língua da música

por Mário Vieira de Carvalho

Políticas da interpretação no teatro de ópera por Paulo Ferreira de Castro

Moderador: Manuel Deniz Silva

25 de junho

As políticas da arte e a questão

dos museus por Luiz Camillo Osorio

Quão subversivas serão as manchas

de verdura? por João Queiroz

Moderadora: Elisabete Marques

Dando continuidade aos seminários realizados em 2012 e 2013, o ciclo de conferências e debates *Estética e Política* entre as Artes pretende constituir um fórum de debate sobre temas artísticos contemporâneos, incidindo especialmente sobre os aspetos estéticos e políticos da relação entre as artes (da literatura à música, passando pelas artes visuais, pelas artes performativas e pelo cinema).

O intervalo que o “entre” sinaliza permanece a característica distintiva do debate em perspectiva. Ele traduz a hipótese de que uma pesquisa sobre a política da(s) arte(s) possa encontrar um ponto de partida privilegiado numa reflexão sobre o intervalo que as separa e aproxima. Esta hipótese ganha expressividade tanto na discussão dos regimes de identificação, hierarquização, conjugação e/ou diferenciação das artes, quanto na exploração do modo como a perturbação de tais regimes pode alterar as formas de experiência e apropriação de objetos e práticas artísticas.

Ao longo de seis sessões – cada uma delas contando com duas conferências seguidas de debate –, investigadores, críticos, artistas, curadores seguirão o fio desse “entre” – em que se enleiam fenómenos de cruzamento, citação, montagem, tradução, entre outros – na senda de desvios de perspectiva acerca do que move a arte no, e contra, o presente.

Artes e reparações do mundo

por Silvína Rodrigues Lopes

O meu propósito é o de reafirmar que a existência da arte, no seu fazer e no seu envio aos outros, não está, não pode estar, por condição, dependente do seu enclausuramento no mundo da arte, tal como descrito, conceptualizado e designado por Arthur Danto em 1964, e que é hoje suportado por uma rede de funções e funcionários ao serviço da expansão da ordem reguladora do capital. O atual tipo de relação entre “mundo da arte” e capital está bem evidente na aliança de negócios de arte e corrupção que são atualmente notícia-espétaculo. Esse é um desígnio político-policial: a política que manipula aquilo que designa como arte para proveito económico apresenta a arte como um mundo coeso e valioso ao qual é preciso que os indivíduos se rendam; essa política tem soluções para tudo, que supõem sempre o “desenhar”, como agora dizem, aquilo que reduz a vida ao interesse. Para promover a rendição, existem funcionários de muitos tipos.

Até que ponto a estética como disciplina filosófica pode perturbar essa harmonia do capital e das artes? Uma vez que a estética supõe que as manifestações artísticas podem ser objeto de estudo enquanto tais e não apenas enquanto elementos de uma simples classificação e descrição de apresentações historicamente referenciáveis, ela procede a uma objetivização (“isto é”/“isto não é” arte)

CONFERÊNCIAS QUARTAS-FEIRAS DE 9 DE ABRIL A 25 DE JUNHO · 18H30 · PEQUENO AUDITÓRIO

com base em critérios para os quais não há fundamentos, e que por conseguinte procedem de um “fundamento místico da autoridade”. Isso acontece mesmo quando aquele que defende a existência de um domínio estético, ou de um regime estético, se empenha em leituras que pretendem comprovar que o mundo da arte se renova a partir da relação arte-vida. É que esse procedimento instaura uma objetivização tanto mais questionável quanto aquele que a postula se coloca ao mesmo tempo como leitor. O problema é: as leituras que faz vêm de uma competência que se afirma *a priori*? Tal seria colocar entre as artes e a política uma espécie de tradutor competente das linguagens das artes na linguagem da verdade. E se a competência se pretende exercida em nome do dissenso, que sentido pode fazer referir o dissenso a forças prévias que o legitimariam? Porque não assumi-lo como leitura? A afirmação da leitura separa-a de qualquer hipótese de verificação de forças que existiriam antes dela ou sem ela e aproxima-a de “traduções” que não visam colmatar nenhum defeito de compreensibilidade ou comunicabilidade das obras ou manifestações artísticas de que falam, e que, por conseguinte, são em cada caso uma resposta que se não limita a responder. Uma resposta que pretende salvaguardar naquilo a que responde e que não existe sem resposta, o não ser constituído por esta, o persistir como potencial, intraduzível, que suscita novas potencialidades. Significância, jogo ou simples extravagância: não há como decidir, e no entanto, a leitura só é decisão no afastar-se do “fundamento místico da autoridade”, isto é, na incerteza.

Cabe a cada um viver a sua vida e por isso não há leitura coletiva. Que cada um viva a sua vida, e as relações estéticas não deixarão de intercetar os movimentos políticos e estes aquelas. Essas interceções são, talvez, reparações: nelas não é um sujeito coletivo que se forma, mas também não é um indivíduo, no sentido do individualismo moderno, que coloca um sujeito enquanto dono de si próprio, e orientado exclusivamente para a sua autopreservação. Vive-se com os outros e daí nascem as reparações. Proponho-me falar disso a partir de dois filmes de Jean-Luc Godard: *Vivre sa vie* e *Deux ou trois choses que je sais d'elle*.

Silvina Rodrigues Lopes é professora catedrática da FCSH-UNL. Livros publicados, entre outros: *Teoria da despossessão* (1988); *A Legitimação em Literatura* (1994); *A Inocência do Devir* (2003); *Literatura, Defesa do Atrito* (2003); *Exercícios de Aproximação* (2003). É codiretora da revista *Intervalo*.

A política da forma e as suas condições por António Guerreiro

O realismo literário é o princípio estético-literário que serviu a ideia de uma literatura politicamente comprometida. Hostil a todo o “formalismo”, denunciando a forma como aparência e falsidade, o realismo, tal como foi posto, nalguns momentos, ao serviço de princípios doutrinários da ideologia, baseia-se na distinção entre forma e conteúdo. Os equívocos e aporias desta distinção manifestam-se com evidência na poesia e na obra dramaturgicamente de Brecht, um autor que fornece matéria abundante e significativa para uma análise das contradições e falsidades que habitam uma literatura de “tendência”. Brecht é, quanto a este aspeto, um caso exemplar, tendo suscitado o comentário e a crítica de três filósofos importantes, seus contemporâneos: Walter Benjamin, Adorno e Hannah Arendt. As leituras dos últimos dois, embora divergentes em muitos planos, coincidem no retrato de um Brecht contraditório e incoerente, traindo a sua grandeza quando cai no servilismo ideológico (como é o caso da ode que dedicou a Estaline, mas que acabou por retirar da sua obra). Arendt aplica-se então a mostrar que a falsificação ideológica implica também a falsificação literária. Por sua vez, Adorno enuncia o seu princípio de que o erro em política se torna um erro na arte. E Walter Benjamin, num ensaio sobre “O Autor como Produtor” tinha escrito que “a tendência de uma obra política não pode funcionar politicamente se não funcionar literariamente”. Nestes três casos, trata-se sempre de desativar o contedismo servil do realismo doutrinário e mostrar que ele é o veículo privilegiado da mentira política que “desonra a forma estética” (Adorno). A questão da forma é, pois, a grande questão de uma política da literatura e da arte.

António Guerreiro é crítico literário (atualmente no *Público*) e ensaísta.

Publicou *O Acento Agudo do Presente* e coeditou *Enciclopédia e Hipertexto* (com Olga Pombo e António Franco Alexandre) e *Da Civilização da Palavra à Civilização da Imagem* (com Olga Pombo). A poesia e a estética são os dois domínios a que tem dedicado preferencialmente o seu trabalho, com incidência em Walter Benjamin e Aby Warburg.

CONFERÊNCIAS QUARTAS-FEIRAS DE 9 DE ABRIL A 25 DE JUNHO · 18H30 · PEQUENO AUDITÓRIO